

## **Objetivo Estratégico 6**

**Dar sustentabilidade à Gestão das Políticas Públicas, garantindo o Equilíbrio Fiscal e a capacidade de Financiamento do Estado, visando o atendimento das necessidades da sociedade**



Governo do Estado de Mato Grosso

## Programa

**Programa:** 0236 - RECEITA PUBLICA

**Objetivo do Programa:** GARANTIR A RECEITA PUBLICA POR MEIO DA MODERNIZACAO DA GESTAO FAZENDARIA DO FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL E DAVALORIZACAO DAS PESSOAS,VISANDO A QUALIDADENOS SERVICOS PUBLICOS, PROMOVEDO A JUSTICA FISCAL

**Und.Resp.Programa:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Resp. Programa:** Waldir Júlio Téis

Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2004	CONTRIBUINTES SATISFEITOS EM RELACAO AOS SERVICOS PREST	jan a out	percentual	38	60	76	17/12/2004
2005	CONTRIBUINTES SATISFEITOS EM RELACAO AOS SERVICOS PREST	jan a nov	percentual	38	60	67	30/11/2005
2004	EFICACIA TRIBUTARIA	jan a out	percentual	63	64	63	17/12/2004
2005	EFICACIA TRIBUTARIA 64%	jan a dez	percentual	63	64	67	15/1/2006
2004	INDICE DE REALIZ. DA REC.TRIB.PROJETADA	jan a out	numero	1,09	1	1.13	17/12/2004
2005	INDICE DE REALIZ. DA REC.TRIB.PROJETADA	jan a dez	numero	1,09	1	0.97	15/1/2006
2004	INDICE DE REALIZACAO DA RECEITA TOTAL PROJETADA	jan a out	numero	0	1	1.1	17/12/2004
2005	INDICE DE REALIZACAO DA RECEITA TOTAL PROJETADA	jan a dez	numero	0	1	1.02	17/12/2005
2004	SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO CUMPRIMENTO DE ME	não disponível	percentual	0	0	0	17/12/2004
2005	SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO CUMPRIMENTO DE ME	jan a nov	percentual	0	0	66	30/11/2005

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
12.753.840,00	12.070.377,00	8.998.263,00	70,55	74,55

#### Avaliação de resultados e da execução do programa:

PERFIL DO PTA DA RECEITA PÚBLICA.

O Plano de Trabalho Anual da Receita Pública – PTA é uma desafiadora proposta de trabalho construída de forma harmônica com as disposições da Lei do Plano Plurianual de Investimentos – PPA, da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

No segundo semestre de 2005 ocorreu uma reformulação no modo de tratar a gestão das medidas necessárias para a consecução da Política Econômica e Tributária. Essa nova forma de gerir a organização tem como o foco os resultados esperados e não os processos em si, e está baseada em conjunto de indicadores integrados segundo perspectivas que de gestão que possibilitam uma melhor visualização dos progressos efetuados de forma a contemplar, de forma balanceada, todas as partes interessadas na Secretaria Adjunta da Receita Pública.

Com a edição da Portaria 127/2005 – SARP/SEFAZ foi formalizada uma metodologia de planejamento e acompanhamento que privilegia 06 perspectivas de gestão que devem ser atendidas para se alcançar a excelência organizacional. As seis perspectivas escolhidas para serem focos de atenção na implementação das práticas de gestão foram: Liderança; Estratégias e Planos; Contribuinte e Cidadão; Controle, verificação e Correção; e Pessoas.

Embora ainda em processo de validação e consolidação, a Portaria 127/2005 enunciou de forma sintética os requisitos de cada uma dessas perspectivas de gestão, pois se fazia necessário orientar a atuação das partes interessadas, ainda neste ano, quanto aos esforços requeridos para se buscar a excelência da gestão.

Assim, as práticas de gestão e os processos de trabalho da Receita Pública são hoje avaliados com base na contribuição que proporcionam para a concretização do Programa da Receita Pública - desdobrado esse em seus Projetos e Atividades – na contribuição que proporcionam para a concretização das perspectivas de gestão. O acompanhamento da execução das metas ou medidas vinculadas a cada uma dessas perspectivas passou a ser feita por ferramenta informatizada, o que permite um melhor acompanhamento do grau de execução. A seguir o acompanhamento das medidas vinculadas ao programa da Receita Pública e às perspectivas de gestão utilizadas para a avaliação da Secretaria Adjunta da Receita Pública.

#### CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES

•O Passe Eletrônico de Saída Interestadual É o embrião da nota fiscal digital tendo como principais funções o controle eletrônico de trânsito de mercadorias, a redução do tempo de espera do contribuinte. Tal sistema tem potencialidade de controlar mais de R\$4,0



Govorno do Estado de Mato Grosso

bilhões/ano de operações interestaduais e de exportação;

•A Certidão Negativa de Débito Eletrônica – CND-e: destaca-se por beneficiar mais de 130 mil contribuintes/ano, que devem economizar 5,2 milhões/ano com a dispensa do pagamento de taxas e outros 500 mil/ano em custos de locomoção e empregados. O tempo de emissão da CND-e é de apenas alguns segundos;

•O controle Eletrônico do ECF – ECF-e: o controle será promovido via internet, beneficiando todos os contribuintes de comércio ou indústria. Democratizará o acesso a condição de usuário, interventor e revendedor sendo registrados via internet. Realizará um inventário de todos os equipamentos ECF do Estado. Esse sistema passa a ser exigido a partir de 1 de junho de 2005;

•Nota Fiscal de Produtor e Avulsa Eletrônica – NFPA-e:A NFPA-e beneficia mais de 20.000 produtores através da rápida emissão do documento fiscal e do controle eletrônico imediato;

•REFAZ – Refazenda Eletrônico: É uma alternativa do governo estadual para que os contribuintes possam regularizar suas pendências e retomar suas atividades formalmente;

• A reforma administrativa da SEFAZ , no que se refere área de negócio da SARP (Receita Pública), se verifica como uma importante providência para adequação a novas tecnologias, reformulação e otimização de processos e incorporação de novas atividades. Antes da reforma as unidades da receita pública respondiam por 219 produtos e serviços. A equipe compõe a área da receita pública, diante do desafio de ampliar a prestação de serviços, redistribuir produtos, reorganizar processos e otimizar recursos, modelou a nova estrutura para que no médio e longo prazo possa responder por 279 produtos, ou seja, 59% a mais de serviços a sociedade e Estado;

• A Malha Fiscal é um instrumento de inteligência fiscal utilizado pelas administrações tributárias em todo o mundo para detectar comportamentos discrepantes a partir do cruzamento de bilhões de dados digitais procedentes de todas as fontes disponíveis possíveis. O piloto de Malha Fiscal Estadual é um dos quatro itens que compõe o projeto de Análise Fiscal do Comportamento dos Segmentos. Executado sobre três segmentos econômicos selecionados para o teste inicial, resultou em aproximadamente 6.000 contribuintes retidos na malha, os quais, durante os próximos meses serão convocados ou visitados em busca de esclarecimentos complementares ao Fisco. Até 2007, o projeto Malha Fiscal se propõe a analisar, consistir, avaliar e estudar dados digitais de mais de 100.000 estabelecimentos localizados no Estado.

· Em contraste com 2004, o contribuinte em 2005 poderá quitar seu tributo em terminais eletrônicos, pela internet e mediante débito em conta, perante as instituições financeiras BRADESCO e BANCO DO BRASIL. A SEFAZ está empenhada em retirar o contribuinte da fila de caixa, diversificando ao máximo as modalidades de pagamento do tributo. Atualmente estamos em tratativas avançadas com a Caixa Econômica Federal, visando seu ingresso na rede arrecadadora estadual, o que permitirá significativa expansão dos pontos de recolhimento do tributo, que poderá então, ser quitado em lotéricas. Igual empenho viabilizará o recolhimento do imposto em agências dos Correios, que atuarão como correspondente bancário do BRADESCO, instituição financeira que já integra a rede arrecadadora estadual. Uma importante dimensão deste esforço é a reorientação e reorganização de trabalhos e órgãos fazendários, reestruturados por reforma administrativa que visa modelar e otimizar o processo de arrecadação, recolhimento, liquidação e consistência de repasses realizados pelos agentes das redes arrecadoras.A SEFAZ tem também como meta ampliar o número de pontos da rede arrecadadora já existente, habilitados a efetuar arrecadação de tributos estaduais;

•Com a AIDF-e, a SEFAZ passará a autorizar por meio da internet a confecção e fornecimento gráfico de documentos fiscais, simultaneamente controlando e inventariando a validade, idoneidade e uso das notas fiscais utilizadas por contribuintes mato-grossenses. Durante os dois primeiros meses (maio a junho), haverá convivência do sistema manual, utilizado por 35 anos, e do novo sistema, integralmente digital e eletrônico. O novo sistema deverá controlar mais de 10 milhões de documentos fiscais em cinco anos, sendo importante pré-requisito para integral digitalização da nota fiscal, que até 2008 deverá possuir uma versão mato-grossense de nota fiscal integralmente eletrônica.

· Em 2005, foi editada a portaria 102/2005 que disciplina a realização do Seminário de Socialização de Boas Práticas da Receita Pública, a qual reflete as medidas do PTA que atenderam a critérios nacionais de qualificação de boas práticas.As 04 (quatro) práticas mais valorizadas foram:CND-Certidão Negativa de Débito, SIGPEX – Sistema informatizado de gerenciamento do planejamento e execução estratégica ,Sincronização de Cadastro com a Junta Comercial e TAD-eletrônico,Termo de Apreensão e Depósito.

**Indicadores:**

A receita pública total prevista para o período foi de R\$ 5.658,0 milhões, tendo-se realizado 5.795,9 milhões, R\$ 137,9 milhões (2,4%) acima da previsão.O acompanhamento da arrecadação visa garantir as metas estabelecidas na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias,em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal .

O montante da arrecadação de receita tributária ficou 3,3% abaixo das projeções iniciais, resultando uma receita de R\$ 115 milhões abaixo da prevista. Em 2005, foi apurada uma Eficácia tributária de 67 %.

**Outros produtos entregues no programa**

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor
Receita Pública	INDICE	102	57950000,00

**Município (Quantidade)**

Estado de Mato Grosso

**Justificativa:**

A análise sobre o comportamento da receita pública do Estado de Mato Grosso é disponibilizada mensalmente na Internet. Os relatórios da Análise da Receita Pública são encaminhados para os Gestores Públicos, Câmara Fiscal, bibliotecas das universidades, Ministério Público, Delegacia Fazendária, etc. Estas avaliações são realizadas parciais e periódicas, conforme exige a Lei Complementar 101/2000



Governo do Estado de Mato Grosso

(Lei de Responsabilidade Fiscal). Visa, além de prevenir riscos e permitir a correção de eventuais desvios capazes de afetar o equilíbrio da contas públicas, aferir resultados e motivar/encorajar todos os gestores públicos para a busca da otimização da realização da receita.



Governo do Estado de Mato Grosso

## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1007 - CONSTRUÇOES E REFORMAS DAS UNIDADES DA SEFAZ <b>Tipo de Ação:</b> Projeto						
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA						
<b>Objetivo Específico:</b> ATENDER AS UNIDADES DA SEFAZ EM OBRAS E REFORMAS						
<b>Descrição da Meta Física:</b> AGENFAZ E POSTO FISCAL CONSTRUIDO E/OU REFORMADO						
<b>Unidade de Medida:</b> UN						
<b>Meta Física Prevista LOA 2005</b>		<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>	
4		6	4	100,00	66,67	
<b>Fonte</b>	<b>Dotação Inicial LOA 2005</b>	<b>Dotação Final (após os créditos)</b>	<b>Valor Empenhado</b>	<b>% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)</b>	<b>% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)</b>	
139	2.359.125,00	2.151.925,00	2.064.764,00	87,52	95,95	
140	1.121.250,00	914.140,00	861.178,00	76,81	94,21	
240	983.400,00	983.400,00	458.276,00	46,60	46,60	
Todas	4.463.775,00	4.049.465,00	3.384.218,00	75,82	83,57	

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	4
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Houve revisão do Projeto inicial tendo em vista necessidades de atender novas demandas prioritizadas por esta gestão. Foram desenvolvidas novas ações como licitação da Construção do Posto Cachimbo, licitação do Projeto do Complexo IV, Compra de Elevador para o Complexo II, Reforma do Telhado dos Complexos I e II, Reforma dos Banheiros dos Complexos I e II, Licitado a Reforma do Prédio da CONAB, Reforma de Postos Fiscais.</p> <p>Foram transferidos para 2006 a execução da construção do Complexo IV e Agenfa do Distrito industrial 12 % das ações não foram concluídas por atraso no processo licitatório ficando em Restos a Pagar para 2006.</p>	

<b>Ação:</b> 1653 - DEFINICAO E ACOMPANHAMENTO DAS DIRETRIZES DE GOVERNO PA RA AS RELACOES FEDERATIVAS FISCAIS E REFORMA TRIBUTARIA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA					
<b>Objetivo Específico:</b> ALINHAR A POLITICA ECONOMICA E TRIBUTARIA AS DIRETRIZES DE GOVERNO					
<b>Descrição da Meta Física:</b> DIRETRIZES DE GOVERNO ESTABELECIDAS E ACOMPANHADAS FRENTE A REFORMA TRIBUTARIA					
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL					
<b>Meta Física Prevista LOA 2005</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>	
80	80	100	125,00	125,00	

<b>Fonte</b>	<b>Dotação Inicial LOA 2005</b>	<b>Dotação Final (após os créditos)</b>	<b>Valor Empenhado</b>	<b>% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)</b>	<b>% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)</b>
139	19.992,00	0,00	0,00	0	0
140	4.800,00	4.800,00	800,00	16,67	16,67
Todas	24.792,00	4.800,00	800,00	3,23	16,67

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Este projeto está sob responsabilidade da Secretaria Adjunta da Receita Pública. As diretrizes da Política Tributária estadual e estimativa dos valores de projeção da Receita Pública dependem, em grande parte, da atuação dos representantes do fisco de Mato Grosso no ambiente do Comitê Nacional de Política Fazendária -CONFAZ. O principal desafio é proteger a base tributária estadual, por meio de intensas negociações com representantes de outros estados. Destes esforços resultaram na elevação do estado de Mato Grosso para o segundo lugar no ranking nacional de recebimento de recursos decorrentes da Medida Provisória 237/2005 (auxílio financeiro da união aos estados objetivando fomentar exportações) ;</p> <p>Resultaram também na evolução de 25% para 29% da arrecadação da CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, álcool etílico e combustível (medida Provisória 161/2004- convertida em Lei 10.866/04);</p>	



Govorno do Estado de Mato Grosso

Existem prognósticos e circunstâncias relevantes que estimam que para o Estado de Mato Grosso poderá haver perda de 30% da receita de ICMS em decorrência da implantação da PEC 228/04 (Reforma Tributária - R\$621,0 M); bem como da ADIN 3312 (Decreto 989)- que refere-se ao acúmulo de crédito da ordem de 10% das operações interestaduais (R\$20,0 M/ano);

<b>Ação:</b> 1654 - REFORMULACAO E GERENCIAMENTO DA POLITICA DE ADMINISTRA CAO TRIBUTARIA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> ALINHAR A POLITICA TRIBUTARIA ESTADUAL AS POLITICAS TRIBUTARIAS REGIONAL E NACIONAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> POLITICA DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA ESTADUAL REFORMULADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40	100	250,00	250,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	22.752,00	0,00	0,00	0	0
140	4.800,00	4.800,00	0,00	0	0
Todas	27.552,00	4.800,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Esta unidade tem a missão de formular e executar a política tributária estadual para atingir as metas de receita pública do orçamento com justiça fiscal. A execução financeira ficou abaixo do esperado devido a não efetivação das aquisições, como por exemplo, aquisições de equipamentos de informática. A partir da edição da portaria 127/2005 que reflete a Política Econômica e Tributária que fundou a construção da versão atual do PTA, revista em março de 2004, ou seja, trata-se de materialização das diretrizes que a Secretaria Adjunta da Receita Pública – SARP vem efetivamente aplicando desde o primeiro semestre de 2004</p> <p>No segundo semestre de 2005 ocorreu uma reformulação no modo de tratar a gestão das medidas necessárias para a consecução da Política Econômica e Tributária. Essa nova forma de gerir a organização tem como o foco os resultados esperados e não os processos em si, e está baseada em conjunto de indicadores integrados segundo perspectivas que de gestão que possibilitam uma melhor visualização dos progressos efetuados de forma a contemplar, de forma balanceada, todas as partes interessadas na Secretaria Adjunta da Receita Pública</p> <p>Com a edição da Portaria 127/2005–SARP/SEFAZ foi formalizada uma metodologia de planejamento e acompanhamento que privilegia 06 perspectivas de gestão que devem ser atendidas para se alcançar a excelência organizacional. As seis perspectivas escolhidas para serem focos de atenção na implementação das práticas de gestão foram: Liderança; Estratégias e Planos; Contribuinte e Cidadão; Controle, verificação e Correção; e Pessoas</p>	

<b>Ação:</b> 1655 - IMPLANTACAO DO MACROPROCESSO DE ATENDIMENTO AO CIDADAO DA AREA TRIBUTARIA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> MONITORAR E AVALIAR OS MEIOS E AS CONDICÕES DOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO DA AREA TRIBUTARIA.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROCESSOS DE ATENDIMENTO AO CIDADAO DA AREA TRIBUTARIA IMPLANTADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	10	100	500,00	1.000,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	204.252,00	104.252,00	79.112,00	38,73	75,89
140	120.700,00	120.700,00	103.040,00	85,37	85,37
Todas	324.952,00	224.952,00	182.152,00	56,06	80,97

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Com a criação e implantação do Centro Integrado de Atendimento ao Cliente - CIAC no início de 2005, houve uma mudança no objetivo da atividade que desempenhava as ações voltadas para dar suporte às Agências Fazendárias. O foco que antes era basicamente de serviços fazendários ( emissão\arrecadação de documentos fiscais), passou a ser também de atendimento\orientação aos clientes contribuintes ou não. As ações foram desenvolvidas em conjunto com a sociedade através de reuniões, fóruns, encontros com todas as entidades representativas do município, buscando encontrar soluções, ouvir as suas reais necessidades e repassar informações sobre a receita\gasto público daquela localidade.</p>	



Govorno do Estado de Mato Grosso

A sobra orçamentária se deu em virtude de alguns encontros previstos e não realizados por falta de tempo hábil para a sua realização, o que demandaria recursos para diárias e serviços de pessoa jurídica.

<b>Ação:</b> 1656 - SUPORTE INFORMACIONAL A POLITICA TRIBUTARIA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GERENCIAR AS INFORMACOES TRIBUTARIAS, ATRAVES DA SUA CAPTACAO, TRATAMENTO E ANALISE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMA DE INFORMACAO DOS PROCESSOS IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
70	30	100	142,86	333,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	617.580,00	143.000,00	142.735,00	23,11	99,81
140	14.000,00	14.000,00	0,00	0	0
Todas	631.580,00	157.000,00	142.735,00	22,60	90,91

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Este projeto visa dar sustentabilidade ao parque tecnológico implantado na área da Receita /SEFAZ com recursos financiados pelo projeto PNAFE-BID. Houve remanejamento de recursos financeiros para a área de tecnologia da informação, a ser consumado em 2006, visando expandir computadores e sistemas, vez que a elevação abrupta de serviços eletrônicos fez com que o nível de utilização de recursos de TI alcançasse o incrível nível de 99% de utilização o que provoca lentidão de acesso "on line". Novos cruzamentos de dados e tratamento de massa serão implementados oportunizando implementar até dezembro de 2006, mais 30 novos serviços e aplicações, voltadas basicamente para uso inteligente, facilidade, redução de tempo gasto pelo contribuinte e rigor no tratamento de ilícitos.  
 Em 2004 e 2005 foram implementados os planos especiais de tecnologia da informação os quais se ocuparam de assegurar a priorização de sistemas estratégicos para a SEFAZ desenvolver a inteligência fiscal, a malha fiscal e o cruzamento permanente de informações. Em 2005 houve acréscimo de 88 % na quantidade de serviços disponibilizados, via internet.(Em 2004 eram 27 serviços). Destaca-se que em 2005 o contribuinte poderá quitar seu tributo em terminais eletrônicos, pela internet e mediante débito em conta (BRADESCO e BANCO DO BRASIL)  
 Principais aplicativos informáticos entregues :  
 1- Passe Eletrônico de Saída Interestadual-.Sistema têm potencial de controlar mais de R\$4,0 bilhões/ano de operações interestaduais e de exportação;  
 2- Certidão Negativa de Débito Eletrônica – CND-e: atende mais de 130 mil contribuintes/ano, que devem economizar 5,2 milhões/ano com a dispensa do pagamento de taxas e outros 500 mil/ano em custos de locomoção e empregados  
 3- Controle Eletrônico do ECF – Emissão de Cupom Fiscal eletrônico - sistema, via internet, beneficiando todos os contribuintes de comércio ou indústria.  
 4- Nota Fiscal de Produtor e Avulsa Eletrônica – NFPA-e: A NFPA-e beneficia mais de 20.000 produtores através da rápida emissão do documento fiscal e do controle eletrônico imediato, proporcionando nova fonte de informação digital para auditoria.  
 5- REFAZ – Refazenda Eletrônica: O projeto de adequação do conta corrente fiscal para que os contribuintes possam regularizar seus débitos .  
 6- AIDF-e, Autorização de Impressão de Documentos Fiscais eletrônica – autorização via internet a confecção e fornecimento gráfico de documentos fiscais, controlando validade, idoneidade e uso das notas fiscais utilizadas por contribuintes mato-grossenses.  
 7- Redução para 81% (oitenta e um por cento) do estoque atual em relação ao mês anterior dos documentos fiscais de saída referentes às operações interestaduais e de exportação, com previsão por regularização em Abril de 2006.  
 8- Incremento do controle sobre inconsistências e erros da GIA e GI via rotina de conferência eletrônica dos dados apresentados pelos contribuintes.  
 9- Implementação do DW de Informações Econômico-Fiscais, a partir dos dados da GIA.  
 10- Redução do percentual de omissão de entrega da GIA pela aplicação de intimações enviadas aos contribuintes, entre outras ações. No primeiro semestre de 2006 serão entregues os sistemas de suspensão cadastral automática e de lançamento de Aviso de Cobrança da penalidade pela omissão de GIA.  
 11- Implementado sistema de controle eletrônico de operações de saída e de exportação com confirmação do trânsito pela passagem por Posto Fiscal – NFI. Atualmente os contribuintes de 5 (cinco) segmentos encontram-se monitorados por esse sistema. Existe previsão por ampliação a outros segmentos em 2006.  
 12- Redução significativa do volume de lançamentos incorretos e processo por revisão de lançamento do ICMS garantido.  
 13- Iniciada a implementação de rotina de verificação da idoneidade e regularidade de 100% das operações relativas a compensação de crédito relativamente ao ICMS garantido integral  
 14- Integração da produção de dados de notas fiscais de entrada dos Postos Fiscais e GINF visando restringir a ocorrência de fraudes e incrementar a produção no lançamento de ofício do imposto.  
 15- Implantada gestão fiscal de créditos de ICMS.  
 16 - Mantido abaixo de 2% a relação entre o número de processos de restituição credito e desoneração em relação ao número total de contribuintes ativos no ano anterior.



Governo do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 1657 - IMPLANTACAO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTAO DA FISCALIZACAO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR MAIOR EFETIVIDADE NAS ACOES FISCAIS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PLANEJAMENTO E GESTAO DA FISCALIZACAO IMPLANTADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
90	90	100	111,11	111,11

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	400.000,00	400.000,00	400.000,00	100,00	100,00
Todas	400.000,00	400.000,00	400.000,00	100,00	100,00

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Este projeto está sob a responsabilidade da Superintendência Adjunta de Fiscalização, tendo sido 100 % executado em 2004 e 2005. Tem como objetivo melhorar a eficácia da fiscalização, por meio do gerenciamento das emissões das ordens de serviço, acompanhamento e avaliação. Este projeto possibilitará o gerenciamento e tratamento da fiscalização de ilícitos tributários( implementadas 50 funcionalidades do sistema automatizado PGF- Planejamento e Gestão da fiscalização )	
Em 2005, este sistema foi homologado, passando por diversos ajustes( fase de testes). Estava ainda pendente a regulamentação desta nova ferramenta para uso por todos os FTE 's -Fiscais de Tributos Estaduais .O valor orçamentário previsto para 2005 foi remanejado para atender necessidades da área de Tecnologia da Informação.	

<b>Ação:</b> 2155 - MANUTENCAO DA SECRETARIA ADJUNTA DE POLITICA ECONOMICA E TRIBUTARIA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> FORMULAR E EXECUTAR POLITICA DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL E RELACOES FEDERATIVAS FISCAIS P/ATINGIR AS METAS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INCLUSAO DE RECURSOS NO ORCAMENTO FEDERAL AMPLIADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
30	30	100	333,33	333,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	57.869,00	57.869,00	49.567,00	85,65	85,65
140	36.081,00	37.081,00	21.122,00	58,54	56,96
Todas	93.950,00	94.950,00	70.689,00	75,24	74,45

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
A Secretaria Adjunta da Receita Publica tem como missão formular e executar a política tributária estadual para atingir as metas de receita pública do orçamento com justiça fiscal. No segundo semestre de 2005 ocorreu uma reformulação no modo de tratar a gestão das medidas necessárias para a consecução da Política Econômica e Tributária. Essa nova forma de gerir a organização tem como o foco os resultados esperados e não os processos em si, e está baseada em conjunto de indicadores integrados segundo perspectivas que de gestão que possibilitam uma melhor visualização dos progressos efetuados.	
Estão relacionados a seguir, os principais resultados desta unidade:	
1) Receita Pública Total realizada em 2,4 acima da meta constante na LDO _Lei de Diretrizes Orçamentárias	
2)Eficácia Tributária ( 67 %)	
3) Receita Tributária realizada em 3,3% abaixo da projeção	
Em 2005 a SEFAZ-MT apurou aumento significativo da eficácia tributária, vez que ela se elevou em um ano de difícil ambiente econômico, marcado por uma crise gigantesca no agronegócio brasileiro, desencadeada pela alteração dos principais indutores de crescimento acelerado de Mato Grosso: (a) taxa de câmbio; (b) preços compatíveis com os custos; (c) taxa de juros compatível com os custos; (d) expansão agrícola (neste caso contida em face de fatores regulatórios ambientais e ações policiais, tal como a Operação Curupira).	
A arrecadação do ICMS de 2005, de R\$ 3.085,6 milhões, representa um incremento nominal de 4,6% e real de (-1,8)%, em relação ao mesmo período de 2004. Essa comparação revela, portanto, um comportamento negativo.	



Governo do Estado de Mato Grosso

Os principais segmentos que apresentaram comportamento negativo em relação a meta prevista em março de 2004 foram :

- a) Soja - 41,6 %, representando 105 milhões
- b) Pecuária - 17,5% = 30 milhões
- c) Atacado- 20,2% = 30 milhões
- d) Arroz-39% = 19 milhões.
- e) Supermercados -12,1 % = 19 milhões
- f) Combustível -1,8 % = 15 milhões
- g) Comunicação - 3,1 % = 12 milhões

Estão subordinadas a esta unidade os órgãos de assessoramento superior ligado diretamente ao Secretário Adjunto da Receita Pública:

- a) Assessoria de Relações Federativas Fiscais-Assessora o fortalecimento da dimensão federativa da administração das receitas públicas, visando a defesa das bases tributárias estaduais .

- b) Assessoria de Pesquisa Econômica Aplicada- realiza pesquisa econômica aplicada sobre receita pública e sua base de arrecadação, analisar agregados econômicos, visando a realização da receita pública estadual

- c) Assessoria de Planejamento da Receita Pública - assessora na definição e implantação da política, estratégia e planejamento

São estas as principais realizações desses órgãos :

- 1) harmonizadas e alinhadas 04 alíquotas matogrossenses em conjunto com as demais unidades da federação componentes do fórum centro oeste
- 2) implantada análise e inteligência fiscal de 30 % das informações de agregados econômico- fiscais, harmonizada com a projeção e análise da receita pública
- 3) implantada rotina da projeção mensal em contraste com a realização mensal de no mínimo 95% da receita pública;
- 4) Revisadas e definidas 16 CNAE fiscal que compõe cada segmento econômico utilizado para fins de projeção da receita pública.
- 5) implantado grupo de planejamento, modernização e gestão sistêmica das unidades da receita pública
- 6) dimensionado 91% dos efeitos das alterações promovidas em mecanismos de transferências constitucionais e legais;
- 8) validados 06 tipos de incentivos dos 34 incentivos listados na LOA;
- 9) protegida a base tributária estadual onde a receita de ICMS de Mato Grosso corresponde em média a 2,4% da arrecadação nacional
- 10) efetuado cálculo do impacto em 06 dos 44 principais projetos a legislativos em trâmite no CONFAZ e legislativo federal,
- 11) projetar e rever a receita pública fixando o teto da despesa com incentivos fiscais;
- 12) efetuada reestruturação organizacional na área da receita pública e redefinidas as atribuições da área da receita pública, por meio de reformulação dos processos visando expansão de serviços.

<b>Ação:</b> 2520 - ATUALIZACAO DA LEGISLACAO TRIBUTARIA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GERENCIAR E SISTEMATIZAR A LEGISLACAO TRIBUTARIA ESTADUAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> LEGISLACAO TRIBUTARIA PROPOSTA,ACOMPANHADA,ATUALIZADA E DISPONIBILIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	8.504,00	0,00	0,00	0	0
140	35.836,00	28.836,00	19.217,00	53,62	66,64
Todas	44.340,00	28.836,00	19.217,00	43,34	66,64

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Esta unidade é responsável para gerenciar e sistematizar a legislação tributária estadual, disponibilizando procedimentos, visando a sua correta aplicação. A legislação tributária é disponibilizada e atualizada na INTERNET ( destaca-se que 17 % das pessoas que acessam ao portal da sefaz , acessam a este tipo de serviço ). A execução financeira ficou abaixo do esperado devido a não efetivação das aquisições previstas, como as aquisições de equipamentos de informática e participação em eventos externos.</p> <p>A legislação de ICMS passou por 220 alterações em 2005: os dispositivos legais foram modificados, introduzidos ou revogados. Para melhorar o controle de processos judiciais na SEFAZ, foram disponibilizados 80 % de texto de decisões judiciais na INTRANET. descrevendo seus efeitos, eficácia e período de vigência.</p> <p>Em 2005, foi criada uma unidade para efetuar controle centralizado das decisões judiciais, tendo sido registrado 135 decisões judiciais que afetam a obrigação tributária estimando seus efeitos e quantificando os reflexos econômicos. Com relação ao estoque de processos de consulta e de restituição , foi parcialmente resolvido em 2005, com a desconcentração para as gerências de 80 % dos processos de consulta sobre obrigação principal de ICMS . O volume de estoque de processos para restituição do IPVA foi reduzido, em virtude da desconcentração para a gerência responsável pelo produto- GIPVA.Uma outra importante medida foi o planejamento anual para elaboração dos atos normativos, necessários a execução do PTA-Plano de Trabalho Anual. As unidades encaminham as minutas da legislação e são validadas de acordo com o planejamento e prioridade.</p> <p>Justifica -se a execução de 100 % da meta física devido ao grande esforço de toda a equipe desta unidade em manter a legislação tributária atualizada.</p>	



Governo do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 2521 - MONITORAMENTO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL E DA RENUNCIA FISCAL <b> Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> EFETUAR O REGISTRO DA RECEITA PUBL,DA RENUNCIA FISCAL E ESTIMAR A EVASAO FISCAL EFETUANDO ACOMPANHAMENTO MENSA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RECEITA PUBLICA ESTADUAL E RENUNCIA FISCAL MONITORADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	86.614,00	31.000,00	28.000,00	32,33	90,32
140	158.122,00	140.122,00	65.482,00	41,41	46,73
Todas	244.736,00	171.122,00	93.482,00	38,20	54,63

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**

A unidade executora desta atividade tem como missão gerenciar informações da receita tributária, através do acompanhamento e análise, disponibilizando-as para dar suporte a tomada de decisão.

A execução financeira ficou abaixo do esperado devido a não efetivação das aquisições previstas, tais como equipamentos de informática e Sistemas de Controle Informatizados, bem como a não efetivação de visitas técnicas previstas.

A execução ficou abaixo do esperado devido a não nomeação dos Fiscais de Tributos Estaduais – FTE aprovados nos concursos públicos de 2001 e 2002.

Na meta física acima foram realizadas em 2005 as seguintes medidas:

- 1-Acompanhamento de 100 % das receitas recebidas no ano proveniente de transferências da União (constitucionais, legais e conveniais);
- 2-Elaborado o ranking nacional de transferências constitucionais originárias da União;
- 3-Apurada a exatidão da base de cálculo do percentual da quota pertinente ao Estado relativamente à CIDE;
- 4-Adotada medida administrativa para apurar a exatidão da base de cálculo do percentual da quota pertinente ao Estado relativamente à CIDE;
- 5-Proposta medida administrativa para apurar a real base de cálculo do Fundo de Desoneração das Exportações – Lei Kandir;
- 6-Monitoramento trimestral do recolhimento dos segmentos econômicos (receita projetada em relação à realizada);
- 7-Monitoramento mensal do recolhimento dos 300 maiores contribuintes, considerando a variação negativa de ICMS dos monitorados ao recolhimento em relação ao valor total do recolhimento de ICMS dos 300 maiores;
- 8-Implementada cobrança administrativa de débitos diretamente ao contribuinte antes da remessa para PGE;
- 9-Implementada remessa mensal média de 55% de avisos de cobrança com débitos acumulados, priorizando os maiores débitos ou em risco de decadência/prescrição;
- 10- Implementada remessa mensal de 80% dos contratos de parcelamento denunciados e dos avisos de cobrança para inscrição em dívida ativa tributária;
- 11- 25% do valor total de débitos sujeitos à lavratura de NAI – Notificação de Auto de Infração, com adoção de medidas corretivas necessárias a sua realização monetária;
- 12- Implementada a formalização automática de 95% do crédito tributário constante do Conta Corrente Fiscal;
- 13- Publicada em 03 dias antes do encerramento do mês, a tabela de atualização monetária dos débitos tributários a vigor no mês imediatamente seguinte;
- 14- Efetuado acompanhamento dos recolhimentos de 22% dos contribuintes substitutos tributários com exceção daqueles relacionados ao setor de Combustíveis;
- 15- Efetuado o monitoramento das operações de exportação de 15% dos contribuintes credenciados;
- 16- Comunicada em 72 horas à Gerência de Controle de Processos Judiciais – GCPJ e à Assessoria Jurídica Fazendária – AJF, a inadimplência de 100% contribuintes detentores de liminar referente à obrigação de comprovar a efetivação de operações de exportação feita com fundamento judicial;
- 17- Implementado 70% do controle eletrônico de comprovação de exportação a partir do banco de dados da SEFAZ, estando previsto também o controle eletrônico a partir do banco de dados do SISCOMEX;
- 18- Implementada integração eletrônica entre os sistemas de conta corrente fiscal com o sistema NAI – Notificação de Auto de Infração, estando o projeto em fase de homologação.

<b>Ação:</b> 2522 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DO SISTEMA DE INFORMACOES TRIBUTARIAS <b> Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GERENCIAR AS INFORMACOES TRIBUTARIAS ATRAVES DA SUA CAPTACAO,TRATAMENTO E ANALISE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INFORMACAO TRIBUTARIA TRATADA, ANALISADA E DISPONIBILIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00



Governo do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	57.514,00	107.514,00	106.426,00	185,04	98,99
140	474.716,00	474.716,00	229.975,00	48,44	48,44
240	22.760,00	22.760,00	14.764,00	64,87	64,87
Todas	554.990,00	604.990,00	351.165,00	63,27	58,04

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>A Superintendência Adjunta de Informações do ICMS - SAIC tem como missão gerenciar as informações tributárias relativas ao ICMS , através da sua captação, tratamento e análise, disponibilizando-as para dar suporte a tomada de decisão e otimizando os processos de auditoria fiscal. Destacam-se como principais produtos a gestão da GIA, gestão do SINTEGRA, a Gestão do Crédito Fiscal e o processamento de Documentos Fiscais de Saída e de Entrada. Referentemente a este último, ressalte-se que o ICMS representa 60% da Receita Pública Total, deste percentual 19,31% foi arrecadado via lançamento realizado por esta unidade, pela modalidade ICMS Garantido. Devido a não efetivação de aquisições planejadas, em decorrência da dilatação do prazo de entrega de sistemas, recursos financeiros desta unidade foram remanejados para aquisição de novos equipamentos (servidores) para aumentar o limite da capacidade de Tecnologia de Informação. A relevância desta ação visa resolver o grave problema de lentidão no acesso "on line", impactando nas atividades de rotina nos Postos Fiscais, Agências Fazendárias e principalmente o cliente-cidadão.</p> <p>As principais medidas realizadas em 2005 foram:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Integração da SEFAZ-MT e outros estados via Rede Intranet Sintegra - RIS, possibilitando maior celeridade na prestação e requisição de informações fiscais junto a outras UF, resultante do projeto PNAFE.</li> <li>2) Implementado Pedido de Verificação Eletrônico -PVF-e, resultante do projeto de integração PNAFE.</li> <li>3) Ampliada a disponibilidade de cruzamento de dados para 18 fontes de informação sobre documentos fiscais ao serviço de fiscalização da SAFIS.</li> </ol> <p>Observamos que no planejamento desta atividade em 2004 estava contemplada a Superintendência Adjunta de Informações Tributárias - SAIT, a qual possuía em sua composição as gerências GCAD (Cadastro) e GIPVA (IPVA), as quais, no decorrer de 2005 foram incorporadas à Superintendência Adjunta de Outras Receitas- SAOR. Adicionalmente, foram incorporadas à Superintendência Adjunta de Informações do ICMS - SAIC, as gerências GNFS (Notas Fiscais de Saída) e GGCF (Crédito Fiscal).</p>	

<b>Ação:</b> 2523 - MELHORIA DO INDICE DE SATISFACAO DOS CONTRIBUINTES DA SEFAZ <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> MONITORAR E AVALIAR OS MEIOS E AS CONDICÕES DOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO DA AREA TRIBUTARIA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INDICE DE SATISFACAO DOS CONTRIBUINTES DA SEFAZ ATINGIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
54	54	75	138,89	138,89

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	64.252,00	64.252,00	24.000,00	37,35	37,35
140	845.560,00	1.098.560,00	552.976,00	65,40	50,34
240	0,00	129.065,00	0,00	0	0
Todas	909.812,00	1.291.877,00	576.976,00	63,42	44,66

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	75
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Todas as ações que são necessárias para dar suporte às Agências Fazendárias foram executadas. No entanto, como houve mudança na estrutura organizacional da SEFAZ fez-se necessária alteração do foco da unidade que coordena\administra as agências, o que contribuiu para que alguns recursos originalmente previstos não fossem utilizados até que se tivesse uma avaliação da real necessidade. Além disso, também foi fator preponderante a desativação de oito Agências Fazendárias e a não efetivação da licitação para aquisição de permanentes. A partir de 2006 esta ação será acompanhada no Programa 260 - Relacionamento SEFAZ Sociedade onde outros indicadores estarão sendo definidos para mensurar o resultado alcançado.</p>	



Govorno do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 2525 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA SISTEMATICA PARA COMBATE A SONEGACAO E EVASAO FISCAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> COIBIR A SONEGACAO E EVASAO FISCAL,ALEM DE MELHORAR O DESEMPENHO NA RECUPERACAO DOS CREDITOS TRIBUTARIOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> CREDITO TRIBUTARIO CONSTITUIDO E CONCLUIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	806.362,00	966.362,00	735.187,00	91,17	76,08
140	2.872.337,00	2.712.337,00	2.220.951,00	77,32	81,88
Todas	3.678.699,00	3.678.699,00	2.956.138,00	80,36	80,36

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Cabe a esta unidade a missão de fiscalizar os tributos estaduais, atuando prioritariamente em indícios de sonegação, visando coibir a evasão fiscal .O volume de recursos financeiros aplicados justifica-se pela manutenção da estrutura de Postos Fiscais, realização de diligências e fiscalização volante no interior do Estado .	
Na meta física acima foram realizadas em 2005 as seguintes medidas:	
1) 93 % dos TAD-Termo e Apreensão e Depósito foram lavrados eletronicamente, via WEB,correspondendo uma média mensal de 10.000 TAD ´s lavrados :	
2)registro médio de 92% de registros eletrônicos nos Postos Fiscais de Mercadorias em Trânsito;	
3)52% dos créditos tributários foram constituídos mediante solicitações de NAI- Notificação de Auto de Infração feitas pela SAAR- Superintendência Adjunta de Análise da Receita Pública ;	
3)Foram atendidas 42 % das diligências com pedido de priorização da Corregedoria da Fazendaia;	
4)55 %dos créditos tributários foram recuperados dos segmentos com maior nível de sonegação estimada,referente aos fatos geradores de 2000 a 2004;	
5) Foram atendidas 33% das diligências com pedido de priorização feitos pela Delegacia Fazendária e Ministério Público;	
6)implantado sistema automatizado que integra o planejamento e avaliação da fiscalização -PGF	
7)12 % do valor de crédito tributário recuperado nos segmentos econômicos priorizando os de maior nível de sonegação estimada referente ao fato gerador de 2005	
8)controle de 25 % do valor do crédito tributário decorrente de GTM-Guia de Transito de mercadoria	
9)controle de 12 % do valor das operações interestaduais de exportação e importação promovidas por contribuintes matogrossenses	
10)melhoria em 53% na eficácia da fiscalização de mercadoria em transito,por meio da melhoria do potencial das condições humanas ,materiais e de gestão	
11)realizados 30% % das apurações de ilícitos contra o direito tributário e decorrentes de operações irregulares detectadas em relação ao valor estimado	
12) realizadas em média 15 operações conjuntas com a FEMA,INDEA,IBAMA.AGER, IMEC Ministério da Agricultura	

<b>Ação:</b> 2526 - DIRECAO E COORDENACAO DO PLANEJAMENTO DO SISTEMA TRIBUTARIO <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> PROMOVER E COORDENAR O PLANEJAMENTO E A MODERNIZACAO, FACILITANDO A SISTEMATIZACAO DO MODELO DE GESTAO SEFAZ				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMA DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA ESTADUAL COORDENADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	178.589,00	183.707,00	143.729,00	80,48	78,24
140	80.512,00	70.512,00	46.768,00	58,09	66,33
Todas	259.101,00	254.219,00	190.497,00	73,52	74,93
Região de Planejamento	Qtd. Meta Física				
9900 - ESTADO	100				



**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**

Esta unidade coordena o processo de execução do Programa da Receita Pública, cujo resultado principal é a realização da Receita Pública Total. Apenas 70% das medidas do PTA -Plano de Trabalho Anual foram providas dos meios necessários para sua realização, o que justifica a baixa execução financeira, acarretando na conclusão de apenas 50 % dos projetos prioritários. A execução financeira ficou abaixo do esperado devido a não efetivação das aquisições previstas, como por exemplo , equipamentos de informática e contratações de consultoria para desenvolvimento de sistemas informatizados.

O principal produto é a realização da Receita Pública, ficando em 2,4 % acima da previsão segundo LDO . A Receita Tributária realizada ficou em 3,3%(115 milhões) abaixo das projeções iniciais . Esta unidade também é responsável para controlar os termos de acordo ou convênios administrativos celebrados pela SEFAZ, além de elaborar pesquisa de 40 % da lista de preços mínimos, de um total de 1057 itens.

Uma importante medida realizada a partir de 2005, foi a elaboração do planejamento para priorizar as ações de informática, legislação e saber instrumental, visando informar essas demandas para as áreas de tecnologia da informação, legislação e escola fazendária (necessidades de capacitação) , identificado como necessário a execução do PTA;

Outra importante medida para melhor atender ao cliente- cidadão , foi a transferência de 10 % dos produtos de atendimento das unidades da Receita Pública para o Centro Integrado de Atenção ao Contribuinte -CIAC, unidade criada para essa finalidade.

<b>Ação:</b> 2527 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA CORREGEDORIA FAZENDARIA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> COMBATER A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS FAZENDARIOS ACOMPANHADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
140	0,00	3.000,00	1.980,00	0	66,00
240	520.000,00	471.280,00	279.764,00	53,80	59,36
Todas	520.000,00	474.280,00	281.744,00	54,18	59,40

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Todas as ações previstas no PTA/2005, foram realizadas conforme as diretrizes estabelecidas.	
Apesar de ter sido remanejado recurso para atender demanda de outras unidades, o recurso inicialmente planejado não foi utilizado em virtude de otimização das ações preventivas e apuratórias desta Corregedoria.	

<b>Ação:</b> 2528 - MANUTENCAO DO ORGAO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINIS- TRATIVO TRIBUTARIO - OJPAT <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> CONTRIBUIR COM A CELERIDADE NA CONCLUSAO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO JULGADO NO PRAZO				
<b>Unidade de Medida:</b> MES				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	6	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
240	50.000,00	65.124,00	29.307,00	58,61	45,00
Todas	50.000,00	65.124,00	29.307,00	58,61	45,00

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	6
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
As ações previstas para o Órgão de Julgamento de Processo Administrativo Tributário foram executadas.	
Em 2005 o Conselho Administrativo Tributário proferiu 271 acórdãos e 330 Termo de Regularidade da Ação Fiscal, totalizando em 601	



Govorno do Estado de Mato Grosso

processos no valor de R\$ 355.883.630,65.

A Unidade de Julgamento Singular analisou, em 2005, 1312 processos, com 1005 decisões prolatadas, gerando um crédito tributário de R\$ 261.436.055,80.

A Gerência de Processo Administrativo Tributário analisou 1933 processos à revelia, com 1799 processos decididos no valor de R\$ 120.337.230,47.

O baixo desempenho na utilização dos recursos orçamentários se justifica pelo cancelamento da licitação para aquisição de equipamentos de informática e impossibilidade dos julgadores em participar de congressos, em razão do acúmulo de serviço ocasionado pela nova estrutura da SEFAZ.

<b>Ação:</b> 2699 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA DELEGACIA FAZENDARIA-UN IDADE SEFAZ <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> COMBATER O CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTARIA ADMINISTRATIVA PUBLICA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PRAZO LEGAL PARA A CONCLUSAO DOS INQUERITOS INSTAURADOS MANTIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> DIA				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
30	30	30	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
240	200.000,00	184.000,00	150.369,00	75,18	81,72
Todas	200.000,00	184.000,00	150.369,00	75,18	81,72

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	30
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Os resultados inicialmente definidos, para redução do índice de sonegação de receita tributária estadual, não ficaram totalmente prejudicados, uma vez que foram priorizadas outras ações por meio das operações como o "Quimera I e II".	
Os índices de planejamento e execução não atingidos foram decorrentes do replanejamento de ações no segundo semestre, pela não entrega de equipamentos e contratação de pessoal especializado, nos prazos previstos inicialmente.	

<b>Ação:</b> 2700 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA PROMOTORIA - UNIDADE SE FAZ <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> COMBATER A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A SONEGACAO FISCAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ACOES REFERENTES AO COMBATE AOS CRIMES CONTRA A ORDEMTRIBUTARIA MANTIDAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
240	123.390,00	333.842,00	136.135,00	110,33	40,78
Todas	123.390,00	333.842,00	136.135,00	110,33	40,78

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
A não execução de ações previstas em 2005 para o deslocamento e instalação de equipes de investigação e para a contratação de pessoal especializado em extração de dados, foi decorrente da não entrega de bens, equipamentos e materiais, nos prazos previstos inicialmente. E os impactos no alcance dos resultados de redução dos índices de sonegação da receita estadual, foram minimizados como o replanejamento das operações "Quimera" I e II. O planejamento inicial para a capacitação da equipe de fiscalização integrante da Promotoria foi parcialmente autorizado, conforme diretrizes da SEFAZ. E, finalmente o valor licitado para a obra da Promotoria foi menor do que aquele previsto inicialmente.	



Governo do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 3119 - IMPLANTACAO DO MACROPROCESSO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> DAR SUSTENTABILIDADE A GESTAO DE TODA A RECEITA PUBLICA ESTADUAL, VISANDO A MANUTENCAO DO EQUILIBRIO FISCAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MACROPROCESSO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
60	60	100	166,67	166,67

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	11.304,00	0,00	0,00	0	0
140	1.800,00	1.800,00	800,00	44,44	44,44
Todas	13.104,00	1.800,00	800,00	6,11	44,44

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Destaca-se a importância deste projeto que integra de forma sistêmica os processos da área da Receita Pública. Houve atraso na implementação deste projeto devido a reforma na estrutura administrativa na SEFAZ em 2005 . A reestruturação visa adequação de processos e incorporação de novas atividades, ocasionando reorganização de processos visando responder por 279 produtos , ou seja 59% a mis de serviços a sociedade e Estado. Na meta física acima foram realizadas as seguintes medidas em 2005 :	
1)Efetuado o controle e registro da receita pública integrando as áreas financeiras e tributária (implantados 04 dos 05 componentes previstos).	
2)disponibilizada informação par a área financeira sobre o fechamento da realização da receita, até o 10 dia do mês subsequente ( meta atingida em 07 dos 12 meses) - recebimento mensal de 150.000 documentos	
3)A reforma administrativa na SEFAZ em 2005 ocasionou atraso na implantação deste macroprocesso devido a reformulação de processos. As matrizes de negocio das unidades devem ser revistas e refeita nova cadeia de clientes/fornecedores.	

<b>Ação:</b> 3120 - IMPLANTACAO DA GESTAO DAS DEMAIS RECEITAS PUBLICAS ESTADUAIS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> IDENTIFICAR AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA DESPESA PUBLICA ESTADUAL, VISANDO A MELHORIA NA GESTAO DA RECEITA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> GESTAO DAS DEMAIS RECEITAS PUBLICAS ESTADUAIS IMPLANTADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100			

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	3.792,00	0,00	0,00	0	0
140	800,00	800,00	0,00	0	0
Todas	4.592,00	800,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Esta unidade é responsável pelo gerenciamento das demais Receitas Públicas(IPVA,ITCD,TAXAS, FETHAB) que representam em torno de 7% da Receita Total .Criada em Fevereiro de 2005, por meio da reforma organizacional e a efetivação de novos servidores do grupo TAF, foram executadas as medidas do planejamento, em que pese a falta de estrutura física e de material:	
1) Verificou-se que 45 % do valor da receita dos órgãos do Poder Executivo não são recebidas mediante DAR -documento padronizado de arrecadação- DAR A meta é universalizar todo e qualquer recolhimento mediante DAR .	
2)gerenciamento de receitas públicas (projetada e realizada) relacionadas a fundo, órgão, fundação ou entidade da administração direta	
3)elaborado estudo na lista estadual de preços mínimos de 22 estados, visando a partir de critérios nacionais predominantes, adotar o valor para apurar a base de cálculo do ITCD;	
4)Ampliada em 17 % o número de unidades de rede arrecadadora mediante diversificação de instituições financeiras credenciadas	
5)Introduzida 8 novas modalidades de pagamento de tributo que facilitam o acesso ao documento de arrecadação e respectivo recolhimento	



Governo do Estado de Mato Grosso

- 6)reduzida em 80 % os débitos inconsistentes do IPVA  
 7)implantado 50 % do projeto de automação do controle dos benefícios fiscais e desonerações do IPVA  
 8)efetuada descentralização da análise documental de 70 % dos processos de cadastramento e recadastramento do CAP- produtor rural  
 9)35% dos contribuintes tiveram confirmações homologadas no CCI –Cadastro de Comércio e Indústria  
 10)implantada a divulgação do ranking nacional de transferências constitucionais originárias da União  
 11)55% dos contribuintes inscritos tiveram seus enquadramentos revistos  
 12)reduzida em 80 % os débitos inconsistentes do IPVA  
 13)disponibilizado na Internet sistema de controle eletrônico do ECF- emissão de cupom fiscal-controle de todos os equipamentos ECF do Estado  
 14)disponibilizado na Internet sistema AIDF- a SEFAZ passou a autorizar a confecção e fornecimento gráfico de documentos fiscais ;  
 15)implantado o sistema CND- Certidão Negativa de Débito – com benefício para mais de 130 mil contribuintes/ano com dispensa de taxas com tempo de emissão de apenas alguns segundos  
 16)efetuado monitoramento e acompanhamento mensal de 30% dos contribuintes que realizam operações de substituição tributária com exceção dos relacionados a combustível

<b>Ação:</b> 3121 - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TAXAS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GERENCIAR TODAS AS TAXAS COBRADAS NO ESTADO, VISANDO A MELHORIA NA GESTAO DE OUTRAS FONTES FINANCIAM.PUBLICO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS TAXAS IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	20	100	500,00	500,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	26.505,00	26.505,00	15.227,00	57,45	57,45
140	1.795,00	1.795,00	91,00	5,07	5,07
Todas	28.300,00	28.300,00	15.318,00	54,13	54,13

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>A análise da receita pública mostra que do total das receitas, a tributária representa 60% , as contribuições 8,83% e as transferências correntes 25,33%, totalizando, esses três grandes grupos, 93,26% da receita total. Logo, as taxas representam pequena contribuição em relação aos demais tributos. Além disto, aliada a limitação de falta de servidores e de estrutura física, este projeto teve seu início a partir da reforma da estrutura organizacional por meio da criação da GIOR-Gerência de Outras Receita e a efetivação de novos servidores do Grupo TAF . O sistema informatizado para controlar todas as taxas estaduais ainda não foi desenvolvido, devido as limitações na área de desenvolvimento de sistemas da SEFAZ.</p> <p>Relacionamos a seguir, as principais medidas realizadas em 2005 :</p> <p>1)inventariadas e identificadas 826 taxas exigidas no âmbito estadual, indicando os respectivos órgãos e sua destinação                  2)comparadas e identificadas em âmbito nacional os valores das taxas e respectivos serviços em 21 dos 27 estados federados                  3)apurado o valor do custo das taxas de serviços estaduais pertinente aos serviços fazendários visando sua atualização                  4)implementada a gestão em 12 dos 31 fundos, do recolhimento, por DAR, dos fundos e taxas devidas as secretarias finalísticas, vinculados aos programas de incentivo, benefício fiscal e renúncia.</p> <p>Pela segundo ano consecutivo o sistema automatizado para controle das Taxas consta na planejamento das ações de informatização para 2006.</p>	

<b>Ação:</b> 1915 - IMPLEMENTACAO DA SISTEMATICA DE PREVISAO E MONITORAMEN TO DAS RECEITAS PUBLICAS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Especifico:</b> MELHORAR O GERENCIAMENTO DAS RECEITAS PUBLICAS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RECEITAS PUBLICAS PREVISTAS E MONITORADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	30	30,00	30,00



Governo do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	156.175,00	16.521,00	16.521,00	10,58	100,00
Todas	156.175,00	16.521,00	16.521,00	10,58	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	30
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> Do plano inicial elaborado para a implementação do projeto, algumas medidas foram parcialmente concluídas e independiam da aplicação de um volume maior de recursos, tais como: Definição de metodologia de monitoramento das receitas públicas (foi implementado o monitoramento das receitas diretamente arrecadadas pelas Entidades da Administração Indireta do Estado e convênios) Definição de metodologia de previsão das receitas públicas -esta se dará através de sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Orçamento Federal, sem nenhum custo para o governo do Estado (encontra-se em fase de estudos para a viabilização da implementação do software) Definição de metodologia de avaliação dos incentivos fiscais - está sendo implementada dentro do contexto do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CONDEPRODEMAT), com a identificação do montante dos incentivos fiscais por segmento econômico, o dimensionamento da perda fiscal do estado, a verificação dos meios de acompanhamento dos resultados dos programas incentivados, a proposição de metodologia de avaliação do impacto dos incentivos e a proposição de metodologia de regionalização dos incentivos fiscais, tudo realizado por uma equipe técnica que envolve os órgãos finalísticos do Estado aos quais os incentivos estão vinculados e a SEPLAN, trabalhando sob coordenação da última. A maior parte dos recursos foi remanejada para compor o pagamento da Dívida Pública, no encerramento do exercício, já que esses se destinavam, dentro do projeto, à aquisição de equipamentos e à capacitações que não aconteceram.	



## Programa

**Programa:** 0237 - GESTAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL

**Objetivo do Programa:** EQUILIBRIO SUSTENTADO ENTRE RECEITA E DESPESA

**Und.Resp.Programa:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Resp. Programa:** Waldir Júlio Téis

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
<b>Indicadores:</b>	2004	DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	anual	percentual	49	49	informar	17/12/2004
	2005	DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	anual	percentual	49	49	38.03	10/3/2006
	2004	RECEITA PUBLICA/DESPESA PUBLICA >=1	anual	índice	1,01	1	informar	17/12/2004
	2005	RECEITA PUBLICA/DESPESA PUBLICA >=1	anual	índice	1	1	0.99	10/3/2006

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
3.345.405,00	2.159.664,00	1.406.817,00	42,05	65,14

#### Avaliação de resultados e da execução do programa:

ANÁLISE DO PROGRAMA 237: O Programa "Gestão da Política Financeira Estadual" tem por objetivo o equilíbrio sustentado entre a receita e despesa. Até o presente momento não foi encerrado o balanço do exercício de 2005, mas dados preliminares indicam a realização da receita orçamentária no valor de R\$ 5.356.923.591,00 contra a execução da despesa no montante de R\$ 5.376.671.162,00 resultando num déficit orçamentário na ordem de R\$ 19.747.571,00. O índice para o equilíbrio fiscal é obtido através da relação Receita Pública/ Despesa Pública maior ou igual a 1 e o resultado do exercício de 2005 foi de 0,99. As ações do PTA 2005 continuam direcionadas para as causas do problema e não foram encontradas dificuldades significativas, no decorrer do exercício para a execução dos projetos/atividades. Alguns projetos tiveram sua execução adiada devido à priorização no desenvolvimento do sistema integrado de planejamento, contabilidade e finanças – FIPLAN, que comprometeu grande parte da equipe técnica em seu desenvolvimento. Como oportunidades identificadas no período citamos a atuação da Câmara Fiscal, que promoveu a integração dos órgãos da área sistêmica, promovendo o entrosamento das equipes intersetoriais, com foco nos resultados para o Estado. Bimestralmente, foram realizadas reuniões, nas quais foram analisados o desempenho da receita e a execução da despesa, a fim de garantir o equilíbrio fiscal do Estado. Além disso, foram realizadas reuniões extraordinárias a fim de avaliar situações de risco ao equilíbrio fiscal, com indicações, ao Conselho Econômico de Governo, para a tomada de decisão. Os recursos orçados inicialmente foram superiores à necessidade do programa, tendo sido, grande parte, remanejados para outros programas. Os recursos materiais e infra-estrutura ainda são adequados para a execução do programa. Quanto a este aspecto, espera-se, com a implantação do FIPLAN uma melhoria significativa no acompanhamento e avaliação da gestão da política financeira estadual. O mecanismo de acompanhamento físico do programa dá-se através de reuniões sistemáticas de Acompanhamento Mensal de Metas – nível tático -, e acompanhamento bimestral no Comitê de Políticas Fazendárias – nível estratégico.

#### Indicadores:

Valores preliminares de encerramento da receita e da despesa no exercício indicam que a co-relação despesa de pessoal do Poder Executivo/RCL estabeleceu-se em 38,03% apresentando-se abaixo do limite exigido pela LRF. Quanto ao indicador de equilíbrio fiscal, este apresentou-se inferior ao previsto no PPA (0,99).



## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1694 - RECADASTRAMENTO DOS INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES Tipo de Ação: Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
<b>Objetivo Específico:</b> LEVANTAR OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS INDEVIDAMENTE VISANDO EXPURGAR CONCESSOES IRREGULARES				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INATIVOS PENSIONISTAS E DEPENDENTES RECADASTRADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40			

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	110.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	110.000,00	0,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	0
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
EM RAZÃO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE PROCESSO LICITATÓRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE ESTUDOS E SERVIÇOS TÉCNICOS COM VISTAS À ESTRUTURAÇÃO, INSTITUIÇÃO E OPERAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO PELA CONCENTRAÇÃO DE ESFORÇOS, VISANDO LEVANTAR E EXPURGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS INDEVIDAMENTE, NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR, ATÉ 18 DE NOVEMBRO DE 2005, A EXECUÇÃO FÍSICA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PRESENTE PROJETO/ATIVIDADE.	
NESTE DIAPASÃO, MISTER SE FAZ MENCIONAR QUE EM VIRTUDE DO ADVENTO DA PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/SEPLAN Nº. 150/05, CUJO TEOR VERSA SOBRE A DETERMINAÇÃO DO BLOQUEIO DE ORÇAMENTO DA FONTE 100 EM 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DOS RECURSOS EM DESPESAS CORRENTES DO SALDO VERIFICADO EM 18/11/2005, O PROJETO 1694 FOI DISPONIBILIZADO, DEVIDO À SUPRACITADA INEXECUÇÃO, PARA ATENDER A REFERIDA REDUÇÃO.	

<b>Ação:</b> 1695 - FISCALIZACAO E COBRANCA DE CONTRIBUICOES PREVIDEN CIARIAS Tipo de Ação: Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
<b>Objetivo Específico:</b> AUMENTAR A RECEITA PREVIDENCIARIA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS FISCALIZADAS E COBRADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	67.646,00	0,00	0,00	0	0
Todas	67.646,00	0,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
NO QUE TANGE AO PROJETO DE FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, CUJO OBJETIVO ESPECÍFICO BUSCA AUMENTAR A RECEITA PREVIDENCIÁRIA, INFORMAMOS QUE O MESMO ENCONTRA-SE DESDOBRADO EM MEDIDAS DE CARÁTER NÃO ONEROSO E MEDIDAS DE CARÁTER ONEROSO, AS QUAIS, RESPECTIVAMENTE, ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS E PLANEJADAS. RESSALTAMOS, QUE ATÉ 18 DE NOVEMBRO DE 2005, NÃO OCORREU QUALQUER EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PRESENTE PROJETO/ATIVIDADE, VEZ QUE AS MEDIDAS IMPLEMENTADAS FORAM NÃO ONEROSAS AO MESMO (EX.: LEVANTAMENTO DE DÉBITOS E CONTRIBUIÇÕES; CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS; ELABORAÇÃO DE NORMATIZAÇÃO LEGISLATIVA; ETC...).	
INSTA, AINDA MENCIONAR QUE EM RAZÃO DA PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/SEPLAN Nº. 150/05, CUJO TEOR VERSA SOBRE A DETERMINAÇÃO DO BLOQUEIO DE ORÇAMENTO DA FONTE 100 EM 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DOS RECURSOS EM DESPESAS	



Govorno do Estado de Mato Grosso

CORRENTES DO SALDO VERIFICADO EM 18/11/2005, O PROJETO 1695 FOI DISPONIBILIZADO, DEVIDO À SUPRACITADA INEXECUÇÃO, PARA ATENDER A REFERIDA REDUÇÃO.

<b>Ação:</b> 1692 - INFORMATIZACAO DO HISTORICO FUNCIONAL DO SERVIDOR <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTAD O DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Específico:</b> AGILIZAR OS PROCESSOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> HISTORICO FUNCIONAL CADASTRADO E ATUALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
35	25	5	14,29	20,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
245	1.070.451,00	550.842,00	186.537,00	17,43	33,86
Todas	1.070.451,00	550.842,00	186.537,00	17,43	33,86

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	5
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Foram executadas somente as atualizações de rotina, do período compreendido entre Janeiro a dezembro 2.005. Não foi implantado por ainda estarmos buscando um software capaz de atender a demanda da forma mais ágil e segura. Foram feitos vários projetos pelos fornecedores, mas não atendiam a demanda do Estado. Diante disso, a dotação orçamentária prevista para essa ação foi disponibilizada para outras mais urgentes	

<b>Ação:</b> 1693 - INCLUSAO DAS EMPRESAS PUBLICAS E DE ECONOMIA MISTA NO SISTEMA ARH <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTAD O DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Específico:</b> CONTROLAR TODAS AS INFORMACOES PESSOAIS, FUNCIONAIS E FINANCEIRAS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SERVIDORES NO SISTEMA ARH INCLUIDOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
60				

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
245	10.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	10.000,00	0,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	0
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
A ação não foi executada. Após analisarmos o custo que seria incluir servidores regidos pela CLT no Sistema ARH, devido às modificações necessárias na base de dados, optou-se por adquirir um sistema que já contemplasse essa forma de gestão de recursos humanos da iniciativa privada e pública, o que diminuiria o valor de investimentos. Esse Sistema está em processo de aquisição para o ano de 2.006.	

<b>Ação:</b> 1661 - IMPLANTACAO DO NOVO SISTEMA CONTABIL ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A QUALIDADE E FIDELIDADE DAS INFORMACOES CONTABEIS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> NOVO SISTEMA CONTABIL IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
90	90	90	100,00	100,00



Govorno do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
140	949.280,00	949.280,00	866.672,00	91,30	91,30
Todas	949.280,00	949.280,00	866.672,00	91,30	91,30

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	90
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> O objetivo específico – Implantação do Novo Sistema Contábil Estadual- FIPLAN em fase inicial de implantação ocorrendo treinamentos no início de janeiro de 2006 para aplicação em março.A execução orçamentária financeira complementou quase a totalidade do orçado visto que o empenho em relação à dotação inicial foi de 91,30%.	

<b>Ação:</b> 1662 - IMPLEMENTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PARA A SOCIEDADE <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A TRANSPARENCIA NA GESTAO ORCAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL,DISPONIBILIZANDO INFORM.A SOCIEDADE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMATICA DE INFORMACOES ELABORADA E DISPONIBILIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
66	66			

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	300.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	300.000,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	0
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> Neste projeto não foram realizadas ações pelo fato de que o projeto Governo Transparente será coordenado pelo Cepromat e que contempla divulgação e transparência das ações de governo. Os recursos orçamentários foram anulados sendo utilizados em outras ações: R\$ 50.000,00 – FIPLAN e R\$ 250.000,00 foram destinados à aquisição de permanente para ampliação do parque tecnológico da SEFAZ.	

<b>Ação:</b> 1663 - APERFEICOAMENTO DO MODELO DE PROGRAMACAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> ASSEGURAR QUE NAO HAJA DESCOMPASSO ORCAMENTARIO E FINANCEIRO, BEM COMO MANTER EQUILIBRIO ENTRE RECEITA E DESP				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA DA DESPESA LIMITADA A RECEITA REALIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	45	45	90,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	51.296,00	1.496,00	0,00	0	0
Todas	51.296,00	1.496,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	45
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> METAS:1.Implementar processo apuração e conciliação financeira da receita financeira no novo SIAF (FIPLAN)até nov/05 –Cumprida parcialmente: não foram concluídas etapas testes procedimentos estabelecidos devido atraso na conclusão do projeto novo SIAF (FIPLAN).2 Implementar administração fluxo de caixa frente ao caixa único do novo SIAF até dez/05 –Cumprida parcialmente :não foram	



Govorno do Estado de Mato Grosso

concluídas etapas testes dos procedimentos estabelecidos, pelo mesmo motivo anterior. 3 Implementar monitoramento contrato de gestão sob enfoque orçamentário/financeiro novo SIAF até dez/05 - meta não atingida: por decisão do Governo do Estado, não foi firmado contrato gestão com titulares órgãos estaduais. 4: Implementar programação financeira novo SIAF até dez/05 - Cumprida parcialmente: não foram concluídas etapas testes procedimentos estabelecidos por não estar concluído projeto do novo SIAF (FIPLAN). Recursos orçados para viabilizar execução das ações pretendidas não foram utilizados como planejado, contudo, este fato não prejudicou desenvolvimento dos trabalhos. Anulados R\$ 48.000,00 atender outras áreas, conf. Dec. 6874/05, proc. 4.012.

<b>Ação:</b> 1665 - REESTRUTURACAO E APLICACAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A EFETIVIDADE DA APLICACAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> DIRETRIZ DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL EFETIVADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	45			

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	42.000,00	12.000,00	0,00	0	0
Todas	42.000,00	12.000,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Foi elaborada a pesquisa prevista na Medida 2 - "Divulgar e mensurar o conhecimento sobre a Política do Gasto Público" , nos núcleos financeiros dos órgãos, com recursos da Secretaria Adjunta de Gestão na Pesquisa de Satisfação SEFAZ-2005, possibilitando a liberação dos recursos para outras atividades que não tinham recursos orçamentários previstos, conforme decreto 6874, de 07.12.05 - proc 4012:2815/2007/2123).	

<b>Ação:</b> 2084 - MANUTENCAO DO EQUILIBRIO FISCAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A ADMINISTRACAO DOS RECURSOS FINANCEIROS DA SEFAZ DE ACORDO COM O ORCAMENTO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EQUILIBRIO FISCAL DOS RECURSOS FINANCEIROS ASSEGURADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	76.200,00	63.700,00	38.133,00	50,04	59,86
140	0,00	8.000,00	6.940,00	0	86,75
240	50.000,00	50.000,00	31.007,00	62,01	62,01
Todas	126.200,00	121.700,00	76.080,00	60,29	62,51

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Nesta atividade estava planejado orçamento para atender 03 unidades, com a reestruturação algumas ações foram transferidas para outras unidades sem o recurso correspondente além do que a licitação para aquisição de material permanente não foi efetivada.	



Governo do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 2128 - ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A APLICACAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EXECUCAO FINANCEIRA DA DESPESA ORCADADA PARA O EXERCICIO GARANTIDA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	47.342,00	35.342,00	23.087,00	48,77	65,32
240	12.000,00	12.000,00	10.668,00	88,90	88,90
Todas	59.342,00	47.342,00	33.755,00	56,88	71,30

<b>Região de Planejamento</b>			<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO			100		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>					
Objetivo específico:Inscrição em Restos a Pagar limitada ao valor da disponibilidade financeira existente em 31/12/2005,desde que não comprometa as metas fiscais e do STN. Dados preliminares do Balanço-exercício 2005 indicam o atingimento da meta. Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 295.779.542,08 - Disponibilidade Financeira em 31/12/2005: R\$ 440.975.892,82. Os recursos orçados não foram executados conforme planejado,(houve anulação de R\$12.000,00 elemento despesa 33-passagens), porém este fato não alterou a entrega dos produtos.A relação custo/benefício atendeu ao princípio da economicidade e o gerenciamento da meta se deu através de reuniões mensais de acompanhamento.					

<b>Ação:</b> 2129 - ADMINISTRACAO DA DIVIDA PUBLICA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> DIMINUIR O PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA C/PAGTO DA DIVIDA CONSOLIDADA C/EFEITOS MINIMIZ.S/ESTOQUE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ESTOQUE DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA EM RELACAO A RECEITA CORRENTE LIQUIDA MENOR OU IGUAL A DOIS				
<b>Unidade de Medida:</b> N.IND				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	2	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	58.258,00	43.258,00	20.993,00	36,03	48,53
Todas	58.258,00	43.258,00	20.993,00	36,03	48,53

<b>Região de Planejamento</b>			<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO			2		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>					
A análise dos resultados da Meta Física Dívida Pública Administrada demonstra que foi atingida em 100%, conforme segue:manter o estoque da dívida consolidada líquida menor ou igual a 2 vezes a RCL-resultado=1,07(posição nov/2005);efetuar os pagamentos dos encargos sociais e fiscais nos vencimentos e dos EGE's até o último dia útil de cada mês;manter a capacidade de endividamento avaliada mensalmente;prestar contas para a SAGEC e TCE no prazo determinado.RECURSOS ORÇADOS:Foram empenhados 48,53%;suficientes para o cumprimento das metas;parte do recurso foi canalizado para o projeto/atividade 1385. PRODUTOS:Cenário da dívida pública consolidado, disponibilizado e divulgado;levantamento e recuperação de créditos de encargos sociais e fiscais recolhidos indevidamente pelos órgãos, acompanhados e validados;pagamento e estoque dos EGE's/SEFAZ do Estado, planejado, executado, acompanhado e avaliado;capacidade de endividamento público, avaliada; prestação de contas do EGE/SEFAZ elaborada e acompanhada.					



Govorno do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 2148 - ADMINISTRACAO DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS EMPRESAS EM LIQUIDACAO <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GERIR ATIVOS E PASSIVOS DAS EMPRESAS ESTADUAIS EM LIQUIDACAO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ATIVOS E PASSIVOS DAS EMPRESAS EM LIQUIDACAO ADMINISTRADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	74.058,00	74.058,00	38.964,00	52,61	52,61
Todas	74.058,00	74.058,00	38.964,00	52,61	52,61

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Foi efetuada, em parte, a baixa de CNPJ das agências do Bemat; anulação da Notificação de Lançamento de Débito Fiscal da Previdência Social; organização do Acervo Documental. Em relação à Cohab foram eliminadas, quase em sua totalidade, as pendências junto ao Ministério da Fazenda; houve o recebimento do premio do Seguro Habitacional; quitação dos contratos da Carteira Imobiliária e a digitalização dos documentos do seu arquivo. Apesar de ter sido utilizado 52,61% do valor orçado, este fato não comprometeu a execução dos trabalhos.	

<b>Ação:</b> 2188 - ADMINISTACAO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> ASSEGURAR O EQUILIBRIO ORCAMENTARIO E FINANCEIRO DOS ORGAOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> NUMERO DE REPLANEJAMENTO FINANCEIRO MANTIDO EM NO MAXIMO TRES VEZES AO ANO				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	3	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	101.265,00	81.265,00	36.563,00	36,11	44,99
Todas	101.265,00	81.265,00	36.563,00	36,11	44,99

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	3
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Realizadas 03 revisões do Planejamento Financeiro. Metas 100% cumpridas.METAS: 1-Manter, no máximo, 3 milhões de reais saldo médio mensal conta arrecadação.2-Assegurar repasses constitucionais/legais sejam repassados integralmente à conta única até 03 dias após fechamento receita.3:Assegurar rendimentos conta arrecadação registrados e transferidos à conta única até 03 dias após fechamento mês. 4:Responder até 05 dias úteis solicitações de reprogramação financeira.5:Responder até 05 dias úteis solicitações replanejamento financeiro; 6:Elaborar relatório avaliação planejamento financeiro até dia 20 mês subsequente; 7:Efetuar pagamentos competência do Tesouro; 8.Elaborar fechamento financeiro Tesouro Estadual até 2.º dia útil mês subsequente. Recursos orçados para execução das ações não utilizados como planejado, porém sem prejuízo desenvolvimento dos trabalhos. Gerenciamento da atividade se deu através de reuniões mensais acompanhamento de metas e através de atendimento presencial aos órgãos sempre que necessário. Anulados R\$ 20.000,00 no final exercício para expansão parque tecnológico SEFAZ, conf. Dec. 6103/05, 11/07/05	

<b>Ação:</b> 2524 - FORMULACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> ATINGIR O EQUILIBRIO SUSTENTADO ENTRE RECEITA E DESPESA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EQUILIBRIO FISCAL DO ESTADO MANTIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00



Governo do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	67.233,00	67.233,00	16.001,00	23,80	23,80
Todas	67.233,00	67.233,00	16.001,00	23,80	23,80

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
PRODUTOS: Anexo de Metas Fiscais elaborado; Pareceres de Impacto Fiscal elaborados; Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal avaliado, acompanhado e revisado; Relatórios de Audiência Pública elaborados; reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Fiscal, organizadas e acompanhadas; apresentação das Metas Fiscais realizadas em municípios do interior do Estado.o. O objetivo específico da ação (equilíbrio fiscal do Estado atingido) foi cumprido. Os produtos dessa atividade foram 100% realizados, embora não tenham sido utilizados todos os recursos disponíveis, os quais foram remanejados, no final do exercício, para outras áreas que necessitaram de orçamento. Do total empenhado, foram liquidados e pagos R\$ 13.763,66, demonstrando que houve economia de recursos para a realização das mesmas atividades, em relação ao exercício anterior - atendendo ao princípio da economicidade.	

<b>Ação:</b> 2529 - CONSOLIDACAO E DISPONIBILIZACAO DA PRESTACAO DE CONTAS DO ESTADO		<b>Tipo de Ação:</b> Atividade		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> PRESTAR CONTAS DOS GASTOS DO ESTADO ATE 14/04 DO ANO SUBSEQUENTE GARANTINDO A QUAL.E FIDEL.DAS INF.CONTABEIS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PRESTACAO DE CONTAS CONSOLIDADA E DISPONIBILIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> MES				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	4	4	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
139	142.650,00	167.650,00	87.712,00	61,49	52,32
Todas	142.650,00	167.650,00	87.712,00	61,49	52,32

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	4
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
O objetivo específico - PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS E DISPONIBILIZADAS ATÉ 15/04: Está previsto para ser atingido até o final do mês de fevereiro/2006.Os responsáveis por medidas cumpriram seus prazos. O gerenciamento da ação se deu através de reuniões mensais de acompanhamento de metas, na Secretaria Adjunta do Gasto Público e mediante atendimento aos órgãos, pela gerências, com a finalidade de eliminar pendências. O PTA e relatórios do SIAF (Sia613PA) foram utilizados como ferramenta gerencial de acompanhamento. A execução orçamentária financeira atendeu ao princípio da economicidade visto que o valor empenhado em relação à dotação inicial foi de 61,49%.	

<b>Ação:</b> 1690 - GESTAO DE CONVENIOS GOVERNAMENTAIS		<b>Tipo de Ação:</b> Projeto		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Específico:</b> MELHORAR A CAPTACAO E APLICACAO DOS RECURSOS VOLUNTARIOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> CONVENIOS GERENCIADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	107.189,00	43.540,00	43.540,00	40,62	100,00
Todas	107.189,00	43.540,00	43.540,00	40,62	100,00



Govorno do Estado de Mato Grosso

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<p><b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>  O objetivo específico do projeto ainda não foi atingido. Primeiro porque foi mal elaborado considerando que não se resumia em melhorar a captação de recurso, pois, este deveria ser um objetivo secundário, pelo menos no momento. Segundo porque o objetivo específico também depende da melhoria da execução e acompanhamento dos recursos recebidos do governo federal, bem como da melhoria da qualidade das prestações de contas. Tudo isso decorre de um trabalho de organização interna dos órgãos e da capacitação dos servidores das áreas específicas, o que foi feito durante o exercício.</p> <p>Todas as ações de organização interna dos setores de convênios dos órgãos; racionalização e padronização dos procedimentos; reformulação da legislação; desenvolvimento do sistema de gerenciamento de convênios; capacitação dos servidores dos órgãos do Estado e dos usuários do sistema que captam recursos junto ao Estado; etc., programadas no PTA foram executadas.</p> <p>Quanto a meta física "Convênios Gerenciados", foi atingida em mais ou menos 90%, considerando que foi uma meta arrojada sair do total descontrolado e terminar o ano com o controle total dos convênios. Porém, somente não foi atingida em 100% porque na prática foi necessário focalizar e concentrar as ações nos convênios de descentralização de recursos, e somente agora em 2006 estamos conseguindo obter o efetivo controle dos convênios federais (ingresso de recursos).</p> <p>Quanto a execução orçamentária, não foi executada toda dotação prevista uma vez que as aquisições (compra de armários e pastas para arquivo) foram demandadas à SAF e executada na atividade 2007 – Manutenção de Serviços Administrativas. A ação de aquisição de computadores não foi executada prejudicando o desempenho dos serviços e a capacitação dos servidores do setor prevista para realizar fora do Estado também não foi executada, acarretando, assim, sobra de dotação anulada no 3º trimestre para suplementação de outro projetos.</p> <p>Os recursos disponibilizados foram insuficientes, tanto recursos humanos como tecnológicos. O PTA não foi utilizado como ferramenta de gerenciamento. As ações e os relatórios foram executados e elaborados na medida da necessidade.</p> <p>Entendemos que o princípio da economicidade foi atendido tendo em vista que os resultados foram alcançados, inclusive com menor dispêndio de recursos apesar de algumas ações não terem sido executadas.</p>	

<b>Ação:</b> 2696 - CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS PRECATORIOS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Específico:</b> MELHORAR O GERENCIAMENTO DOS PRECATORIOS DO ESTADO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PRECATORIOS JUDICIAIS CONTROLADOS E ACOMPANHADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	8.537,00	0,00	0,00	0	0
Todas	8.537,00	0,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100
<p><b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>  O objetivo específico e a meta física foram atingidos tendo em vista que mantemos o controle e o acompanhamento de todos os precatórios, porém a ação de elaboração e implementação de políticas de recuperação da dívida não foi executada.</p> <p>Quanto a execução orçamentária a dotação prevista não foi executada uma vez que as aquisições (compra de armários e pastas para arquivo) foram demandadas à SAF e executada na atividade 2007 – Manutenção de Serviços Administrativas. Com isso ocorreu sobra de dotação anulada no 3º trimestre para suplementação de outro projetos.</p> <p>O público alvo composto pela PGE, SEFAZ, TRT, TJ e os beneficiários dos créditos, foram atingidos, apesar de não ter sido feita consulta de satisfação. As atualizações demandadas pela PGE (inclusão, exclusão, baixa, alteração de dados, suspensão, parcelamento, etc.). As informações do montante da dívidas para efeito de contabilização pela Fazenda estão sendo feitas. As demandas feitas pelos tribunais através da PGE também estão sendo atendidas.</p> <p>Os recursos postos disposição para execução da trabalho não foram suficientes uma vez que necessitamos de melhores e mais recursos humanos e tecnológicos. As restrições e dificuldades enfrentadas e decorrente de uma demanda externa feita ao TRT que envolve a disponibilização de um arquivo com dados atualizados dos precatórios para alimentação mensal do sistema de precatórios, devido às peculiaridades dos cálculos feitos na atualização dos precatórios do TRT.</p> <p>O PTA não foi utilizado como ferramenta de gerenciamento. As ações e os relatórios foram executados e elaborados na medida da necessidade.</p>	



Governo do Estado de Mato Grosso

Com relação ao princípio da economicidade, entendemos foi atendido tendo em vista que além que ínfimos, não foi utilizado todo o recurso, apesar de algumas ações não terem sido executadas.



Governo do Estado de Mato Grosso

## Programa

**Programa:** 0238 - CONSCIENCIA FISCAL

**Objetivo do Programa:** FORTALECER A CONSCIENCIA FISCAL DA SOCIEDADE, PARA O PLENO EXERCICIO DA CIDADANIA, DE MODO A

**Programa:** PROMOVER UMARELACAO HARMONIOSA ENTRE O ESTADO EO CIDADAO.

**Und.Resp.Programa:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Resp. Programa:** Waldir Júlio Téis

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
<b>Indicadores:</b>	2004	PERCENTUAL DE MUNICIPIOS ADESOS	informar	percentual	14,4	50	46.80	17/12/2004
	2005	PERCENTUAL DE MUNICIPIOS ADESOS	informar	percentual	14	50	47	
	2004	PERCENTUAL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO GAS	informar	percentual	0	65	informar	17/12/2004
	2005	PERCENTUAL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO GAS	informar	percentual	0	65	informar	
	2004	PERCENTUAL DE SONEGACAO	informar	percentual	11,55	9	informar	17/12/2004
	2005	PERCENTUAL DE SONEGACAO	informar	percentual	11	9	informar	

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
340.605,00	189.836,00	76.825,00	22,56	40,47

#### Avaliação de resultados e da execução do programa:

Na implantação do programa, dentre as oportunidades que se pode evidenciar temos que registrar: 1. Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre os poderes Executivo e Legislativo, objetivando implantar e implementar o Programa Consciência Fiscal no Legislativo. Evento no qual estiveram presentes os Secretários de Governo e a Coordenadora Nacional de Educação Fiscal da Escola de Administração Fazendária-ESAF; 2. Sensibilização sobre o programa no Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça 3. Formação de 15 tutores em Educação Fiscal, representantes das Assessorias Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação; 4. Capacitação de 165 professores para desempenharem a função de Disseminadores de Educação Fiscal; 5. Produção e disponibilização do site do Programa Consciência Fiscal ([www.mt.gov.br/conscienciafiscal](http://www.mt.gov.br/conscienciafiscal)) ; 6. Eventos de integração Sefaz-sociedade, nos quais a parceria estabelecida com o CRC, as Universidades, Faculdades e entidades da sociedade civil, contribuíram para a mobilização do público; 7. Curso de Qualificação em Educação Fiscal para membros de Conselho Estadual (CEDCA, CTB, CEDM, CEDCON, SEAS, CONEN, CEHIDRO, CATE, FUNDEF, CET.). Quanto as dificuldades encontradas destaca-se o fato de que os técnicos comprometidos com o programa não possuem dedicação exclusiva para gerenciar as ações. Quanto aos recursos orçados e aplicados é relevante registrar que o fato de ter sido estabelecido parcerias, algumas ações foram desenvolvidas sem ônus para o Estado. A exemplo podemos citar a parceria estabelecida com a ESAF para qualificar Disseminadores de Educação Fiscal. Foram qualificados 306 servidores, dos quais 165 são servidores da educação e os demais 141 estão lotados em diversas secretarias de Estado e em Secretarias Municipais. Em termos financeiros, para realizar as ações propostas, foi praticada a otimização dos recursos disponibilizados, combinado com a necessária análise da relação de custo e benefício. Assim, os recursos remanescentes foram remanejados para outros programas. Considerando o contexto diagnosticado por ocasião da elaboração do marco lógico, quanto a: - Falta de engajamento e envolvimento da alta gerência e dos servidores nas ações de consciência fiscal e cidadania; - Falta de integração entre os Órgãos Estaduais sobre as ações que envolvem consciência fiscal e cidadania; podemos destacar que principais resultados obtidos foram: 1. A realização de eventos promovidos pela Secretaria de Estado de Administração com participação efetiva do Secretário da Pasta fomentando a necessidade de refletir sobre a atuação dos gestores públicos com consciência fiscal; 2. A realização dos eventos promovidos pela Secretaria de Estado de Fazenda, promovidos pelo Centro Integrado de Atenção ao Cliente – CIAC, no qual contou com a efetiva participação do Secretário da Pasta que fomentou a necessidade dos gestores públicos terem que atuar com responsabilidade fiscal, sendo o processo de conscientização fiscal fundamental para promover a transparência e a otimização do gasto público. 3. A contribuição da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, na realização das Blitz Pedagógicas, através das quais a polícia militar de trânsito conjuntamente com alunos e professores da rede pública promoveram intervenção junto aos condutores de veículos automotores para realizar enquête sobre o IPVA. 4. O engajamento da Escola de Governo na estruturação do curso de Disseminadores em Educação Fiscal, para ser realizado como EAD (Educação à distância), rodando na plataforma local, o qual contribuirá para a formação inicial de 4.000 servidores públicos. . Em relação aos recursos materiais e infra-estrutura, tem que ser registrado que o substancial apoio dado pela Secretaria de Administração ao custear a manutenção do site do programa consciência fiscal; assim como, ter assumido os custos para a realização do Curso à distância de Disseminadores de Educação Fiscal, maximizaram a potencialidade que temos para alcançar os resultados almejados, minimizando a necessidade de expressivos aportes de recursos materiais e de infra-estrutura. Quanto ao desempenho administrativo há necessidade de promover pontos de melhoria, pois que: 1. Na Secretaria de Estado de Educação os recursos destinados para a qualificação de professores em cinco pólos não foram autorizados a serem executados. 2. O Projeto de pesquisa elaborado em conjunto com a UNEMAT no exercício anterior, não foi implementado em todas as suas fases. Foram promovidas reuniões de trabalho para proceder pesquisa bibliográfica e elaborar os questionários, ficando inviabilizada a pesquisa de campo; pois não foi flexibilizada a parceria através de um termo de cooperação técnica financeira. 3. Embora houvesse o empenho para efetivar a parceria com a Assembléia Legislativa; após o ato de assinatura do termo de cooperação técnica não foi elaborado um plano de trabalho para ser executado durante o exercício. Junto ao Tribunal de Justiça não foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica. E, junto ao Ministério



Governo do Estado de Mato Grosso

Público foram realizados apenas palestra de sensibilização. 4. A participação no curso de Disseminadores de Educação Fiscal para os membros de Conselhos Estaduais contou com os representantes do poder público, não tendo sido obtida uma participação significativa dos representantes de segmentos da sociedade civil. 5. A Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, comprometeu-se de forma muito limitada na divulgação e mobilização dos municípios.

**Indicadores:**

Considerando que o indicador “Percentual de Sonegação” tem diversas variáveis que podem contribuir em sua performance, foi tomada a decisão de que tal indicador não será aferido pelo sistema de monitoramento e avaliação do programa consciência fiscal.



Governo do Estado de Mato Grosso

## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1667 - FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL NA EDUCACAO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 14301 - FUNDO ESTADUAL DE EDUCACAO				
<b>Objetivo Específico:</b> CAPACITAR PROFESSORES P/INTRODUZIR O TEMA CONSCIENCIA FISCAL NAS DISCIPLINAS ESCOLARES				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROFISSIONAL EM EDUCACAO FISCAL CAPACITADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PES				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1095	1095	180	16,44	16,44

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
115	62.043,00	51.002,00	36.293,00	58,50	71,16
Todas	62.043,00	51.002,00	36.293,00	58,50	71,16

<b>Região de Planejamento</b>			<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO			180		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>					
Foi realizada a formação de 15 tutores representantes dos pólos, com um gasto de R\$ 6 593,00.					
Capacitou-se também 165 professores, em um curso a distancia oferecido pela Escola fazendária de Brasília, ESAF, sem custo para a SEDUC. Foram gasto também R\$ 5 260,00 com passagens aéreas e diárias para a participação dos Encontros Nacionais.					
A meta não foi atingida, pois parte dos recursos do programa foram remanejados para ação do programa de Melhoria do Ambiente Escolar, e com despesas com passagens para atender demanda da SEDUC.					
O responsável pelo programa teve conhecimento dos recursos gastos do programa dos dois primeiros itens desta análise.					
Foi solicitado autorização de recursos do programa que estava previsto no guarda-chuva para a formação de professores em 5 pólos, mas a informação é de que não foi autorizado.					

<b>Ação:</b> 1332 - IMPLANTACAO DA GESTAO DO PROGRAMA CONSCIENCIA FISCAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> FORTALECIMENTO TECNICO E GERENCIAL DOS RH,BEM COMO MELHORIA DO MODELO DE GESTAO,DOS PROCESSOS E INFRA-ESTRUTUR				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MODELO DE GESTAO DO PROGRAMA IMPLEMENTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
240	240.000,00	130.015,00	32.200,00	13,42	24,77
Todas	240.000,00	130.015,00	32.200,00	13,42	24,77

<b>Região de Planejamento</b>			<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO			100		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>					
Das ações previstas na LOA, o Modelo de gestão ainda encontra-se em fase de implementação; carecendo realizar pesquisa qualitativa e quantitativa, assim como treinamento das ferramentas de gestão e capacitação sobre o sistema de monitoramento e avaliação. Em relação à divulgação do programa foi realizado reunião com os assessores de imprensa das secretarias de estado, veiculando informações no jornal de circulação interna intitulado "mãos à obra", produzido e disponibilizado um site ( <a href="http://www.mt.gov.br/conscienciafiscal">www.mt.gov.br/conscienciafiscal</a> ), além de ter sido realizado eventos lúdicos junto a algumas unidades escolares; assim como junto à sociedade, através dos mutirões da cidadania. Relativo à projeção do programa junto aos municípios e outros estados, foi promovido encontro de Integração Estado-Municípios, seguido de eventos em cidades sede das regiões pólos do Estado. Por fim, quanto às ações para promover a transparência da política tributária e do gasto publico, foram promovidos eventos de integração Sefaz-sociedade. Em termos financeiros, para realizar as ações propostas, foi praticada a otimização dos recursos disponibilizados, combinado com a necessária análise da relação de custo e benefício. Assim, os recursos remanescentes foram remanejados para outros programas.					



Govorno do Estado de Mato Grosso

<b>Ação:</b> 1659 - ARTICULACAO DO PROGRAMA CONSCIENCIA FISCAL ENTRE OS OR GAOS E OUTROS PODERES <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Específico:</b> FORTALECER A INTEGRACAO ENTRE OS ORGAOS PUBLICOS ESTADUAIS E OS OUTROS PODERES				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EVENTO REALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	1	33,33	33,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	28.992,00	3.907,00	3.907,00	13,48	100,00
Todas	28.992,00	3.907,00	3.907,00	13,48	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	1
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Foram previstos para o exercício de 2005 a realização de 3(três) eventos com a participação do nível estratégico de governo e demais poderes, sendo realizado:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um evento para assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre os poderes Executivo e Legislativo, objetivando implantar e implementar o Programa Consciência Fiscal no Legislativo. Estiveram presentes os Secretários de Governo e a Coordenadora Nacional de Educação Fiscal e Escola Fazendária-ESAF;</li> <li>• 5(cinco) reuniões de sensibilização sobre o programa no Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça objetivando parcerias através de Cooperação Técnica para Disseminar, implantar e implementar o Programa Consciência Fiscal nos Poderes; e</li> <li>• Participação do Secretário Adjunto de Planejamento e da Assessora Especial de Planejamento responsável pela execução do projeto na SEPLAN na Reunião do GEF (representantes da Receita Federal, do Ministério da Fazenda e do Ministério de Educação de todos os Estados Brasileiros) e Seminário de Educação Fiscal em Belo Horizonte-MG, atendendo convite para apresentação das ações de articulação do Programa com os demais poderes em MT, uma ação considerada pioneira e inovadora pela Coordenadora Nacional de Educação Fiscal. As despesas do Secretário Adjunto foram realizadas pelo Gabinete da SEPLAN.</li> </ul>	
Com referência aos gastos efetivados para a realização do evento, utilizaram-se valores num montante de R\$ 3.906,29 (três mil, novecentos e seis reais e vinte e nove centavos) e a diferença do orçado foi executada por outro projeto, sendo remanejado por determinação do nível estratégico. Dado a essa determinação as ações não implementadas no ano de 2005, serão desenvolvidas em 2006.	

<b>Ação:</b> 1660 - FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 22101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E CIDADANIA				
<b>Objetivo Específico:</b> CONSCIENTIZAR SOCIEDADE DO SEU PAPEL EM RELACAO AO ESTADO, INCENTIVANDO-A AO CONTROLE SOCIAL DO GASTO PUBLICO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EVENTO REALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2005	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	2	2	50,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2005	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2005)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
100	9.570,00	4.912,00	4.425,00	46,24	90,09
Todas	9.570,00	4.912,00	4.425,00	46,24	90,09

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	2
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Da dotação inicial na LOA 2005, 48,67% do recurso disponibilizado p/ esta ação, foi remanejado p/ outro Projeto/Programa, permanecendo um total de 51,33%. Desse recurso disponível após crédito 90,09% do valor foi executado com despesas de diária e contratação de pessoa jurídica.	
1 - Foi concluído o 1º Curso de Qualificação em educação Fiscal para Conselheiros Estadual . Onde teve a participação de 10 Conselhos (CEDCA, CTB, CEDM, CEDCON, SEAS, CONEN, CEHIDRO, CATE, FUNDEF, CET.). Este Curso, é a 1ª Etapa para os novos Disseminadores em Educação Fiscal, antes da realização do Curso On-line (ESAF). O Curso foi dividido em 04 módulos (1 - Educação Fiscal no Contexto Social, 2 - Relação Estado Sociedade, 3 - Sistema Tributário Nacional, 4 - Gestão Democrática dos Recursos Públicos). O propósito deste	



Governo do Estado de Mato Grosso

curso é, oferecer informações básicas para os envolvidos neste processo de transformação social, para que, alcancem os objetivos propostos e possam atuar como cidadão participantes.

2 - Foi Realizado o 1º Trabalho de Educação Fiscal para Cidadania, com pais, alunos, professores e funcionários da área administrativa da Escola Silvino de Arruda. Este foi realizado antecedendo os Mutirões da Cidadania, cujo objetivo deste trabalho é, obter um melhor aproveitamento por parte do público alvo, das apresentações expostas (Apresentação vídeos, Peça de Teatro com Totó Bodega e Dito Bocaiúva), e posterior, orientações aos mesmos de como ser um cidadão participativo e consciente sobre seus direitos e deveres perante a sociedade e ao Estado, pois a Educação Fiscal, é essencial ao aprimoramento da consciência do cidadão, e contribui para a compreensão da função social e econômica dos tributos.

Observações:

- 1) Foi elaborada e produzida 3.000 (três mil) cartilhas (Educação Fiscal p/ Cidadania), com recurso Projeto/SETEC, para serem trabalhada nos Mutirões e outros eventos.
- 2) Participação como parceiro nos Mutirões da Cidadania, realizado nos bairros de Cuiabá e Várzea Grande (Pedra 90, Drº Fábio, Planalto e Refrigerantes Marajás (V.G)).
- 3) Participação como parceiro na 1ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. (1 - Participação com palestra " A importância da participação da Sociedade no momento da elaboração do PPA", 2 - Confeção de 150 (cento e cinquenta) Cartilhas da 1º Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, 3 - Distribuição da Cartilha Educação Fiscal para Cidadania). O resultado da nossa participação neste evento, despertou o interesse daqueles que ainda não conheciam o Programa de Consciência Fiscal em fazer o Curso de Disseminadores em Educação Fiscal.